

3.26. PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DAS ÁREAS DE LAZER E TURISMO

3.26.1. Introdução

A utilização das praias na época das vazantes do rio Tocantins, entre junho e agosto, é uma prática cultural tradicional em toda a região e corresponde a importante forma de lazer para a população local. A possibilidade de fruição das praias condiciona grande animação urbana, com reflexos nas atividades formais e informais de comércio e de prestação de serviços.

A atividade de apoio ao lazer e turismo, desenvolvida por alguns pequenos empresários, é destinada a um público principalmente regional e de média - baixa renda. O retorno econômico para as administrações municipais não é significativo, pois as atividades comerciais são essencialmente informais. A capitalização ou a internalização resultante dessas atividades é muito tênue, sendo altamente incipiente a implantação de equipamentos de apoio às atividades turísticas, com exceção da cidade de Carolina.

Entretanto, a inundação dessas praias, de ilhas e de alguns balneários, acarretando impacto no turismo regional e nas opções de lazer da população local, é bastante significativa pela importância sócio-cultural das atividades associadas a estas áreas para os moradores da região.

As principais praias de abrangência turística regional a serem inundadas se situam próximas às cidades de Carolina, Filadélfia e Babaçulândia; as situadas nas proximidades de Palmeiras do Tocantins, Barra do Ouro e Palmeirante têm frequência mais local (Figura 3.26.1).

Situação Existente e Interfaces com o Empreendimento

Carolina e Filadélfia

Nos meses de junho a agosto é significativo o fluxo de turistas que passam por Carolina, assentada na margem direita do rio Tocantins, para usufruir das praias que afloram quando da redução das vazões do rio, neste período. As mais procuradas fazem parte do município de Filadélfia, na margem esquerda do rio, que na época da temporada atraem cerca de 5.000 pessoas por dia nos finais de semana, provenientes de toda a região.

As duas administrações municipais atuam de forma coordenada para dotar as praias mais procuradas de um mínimo de infra-estrutura, especialmente energia elétrica, água, sanitários e segurança pública. Os comerciantes locais atuam de modo relativamente organizado para explorar as oportunidades criadas pela presença de fluxos importantes de banhistas e turistas, mantendo uma espécie de monopólio na comercialização de bebidas e refeições, através da armação de grandes barracas, mesas e bancadas (estas últimas freqüentemente dentro da água), e até de alojamentos rústicos, em redes.

A empresa PIPES opera a travessia por barcos entre as duas margens do rio Tocantins (Carolina e Filadélfia), transportando, em média, 800 pessoas nos finais de semana.

INSERIR FIGURA 3.26.1

Outros segmentos da população também se beneficiam da temporada: pescadores e barqueiros, fazendo o transporte para as praias e servindo de guia para turistas mais abonados e aficionados da pesca; pequenos produtores locais, através da oferta de suas produções, com destaque para peixes, frutas, aves etc. Essas atividades envolvem também moradores, através do aluguel total ou parcial da sua residência, e guardadores de carros. É o período em que é maior a circulação monetária entre o segmento mais pobre e amplamente majoritário da população regional.

Em Carolina, o turismo é uma atividade importante no contexto regional, particularmente por seu potencial de crescimento. A cidade conta com uma estrutura de hospedagem razoável e que pode ser incrementada com o aumento da demanda. A oferta de rede hoteleira é constituída por 4 hotéis e 6 pousadas, disponibilizando um total de 20 apartamentos e 60 leitos. Há também 11 restaurantes e alguns estabelecimentos de entretenimento, como clubes e discotecas.

A cidade, de fundação antiga e emancipada desde 1859, possui conjuntos arquitetônicos expressivos da história regional e de seus diferentes ciclos econômicos. Possui, também, atrativos importantes a nível regional além das praias, como as cachoeiras do rio Farinha e as “Mesas de Carolina”, com grande potencialidade para o turismo ecológico.

Em Filadélfia, as estruturas de apoio são mais modestas, contando com um hotel de padrão médio e três pousadas-dormitório.

Babaçulândia

Aqui também as praias que afloram na vazante são tradicional atrativo turístico. Este período proporciona o maior evento social e econômico do município, pois além da população local, as praias localizadas na margem direita do rio (município de Carolina – MA), atraem turistas da região. Em Babaçulândia, foi constituída associação de “barraqueiros”, que desenvolve as atividades de implantação das infra-estruturas necessárias à temporada, atuando de forma integrada com a prefeitura. Entretanto, a estrutura de hospedagem oferecida na cidade é precária, contando apenas com duas pensões-dormitório.

Barra do Ouro

Também nesta cidade, o lazer da população relaciona-se à utilização das praias. Apesar da infra-estrutura precária de hospedagem (apenas duas pensões-dormitório, sendo uma na cidade velha) e de acessibilidade, a cidade recebe, no período de vazante, um razoável número de pessoas, atraídas por esta atividade de lazer.

Palmeirante

As praias utilizadas nesta cidade situam-se na margem oposta (município de Goiatins - MA) e também constituem fator de atração para a população local e regional, pois a cidade recebe turistas de Nova Olinda e Colinas do Tocantins. Neste período são também realizados torneios de canoagem. A estrutura de hospedagem é limitada, tendo a cidade um pequeno hotel (12 quartos) e uma pensão-dormitório mais simples, com apenas três acomodações.

Palmeiras do Tocantins

Apesar de não estar assentada às margens do rio, a cidade utiliza suas praias como ponto turístico e de lazer, em local afastado cerca de 9 km do núcleo urbano, acessado por estrada de terra bem conservada. No local, é montada uma infra-estrutura (barracas para venda de produtos locais, realização de shows com artistas regionais) que permanece nos meses de julho e agosto.

Darcinópolis e Estreito

Deverá ser avaliada a existência e abrangências de praias utilizadas pela população destas cidades, checando as características de sua utilização pela população.

Tendo em vista a perda permanente destas áreas de lazer utilizadas pela população local e regional, faz-se necessária a adoção de ações de compensação através da implantação de projetos inseridos no contexto de reordenamento da ocupação da orla fluvial, considerando a implantação de praias artificiais e de balneários, para repor as áreas de lazer e propiciar uma melhoria nos padrões de acessibilidade ao lazer para a população usuária, local e turística.

3.26.2. Justificativa

Diante das interferências acima apontadas, tanto do ponto de vista da importância dessas áreas de lazer para a população local e para a população envolvida nestas atividades, como pela oportunidade que se cria para melhorar a estrutura turística existente, com benefícios econômicos à comunidade local e aos municípios envolvidos, faz-se necessária a adoção de medidas de recomposição dos locais de lazer a serem atingidos pelo enchimento do reservatório.

A atividade turística é uma das mais dinâmicas atualmente e apresenta os maiores índices de crescimento. Representa, portanto, um empreendimento excelente para economias em expansão, por gerar empregos e propiciar maior distribuição de renda. O turismo bem explorado aumenta as receitas dos municípios envolvidos, resultando na melhoria da infra-estrutura local, permitindo o intercâmbio cultural e se constituindo em auxílio na proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural e natural.

Com a formação do reservatório, deverão surgir novas situações de grande beleza cênica que, com critérios ambientais e locais adequados, poderão ser exploradas turisticamente, inclusive através de financiamentos, conforme proposto no Programa de Fomento às Atividades Turísticas, vinculado aos projetos co-localizados e aos usos múltiplos do reservatório.

3.26.3. Objetivos e Público Alvo

Objetivos

O Programa de Recomposição das Áreas de Lazer e Turismo objetiva, juntamente com o Subprograma de Fomento às Atividades Turísticas e com o Plano Diretor do Reservatório, criar condições para implantação de novos locais de lazer e recreação, adequadamente implantados quanto a localização, acessibilidade e possibilidade de implantação de infra-

estruturas, visando repor as áreas atualmente utilizadas pela população. Para tal, este Programa visa:

- Compensar a perda das praias, através da implantação de praias artificiais nas margens do reservatório ou de rios tributários.
- Selecionar locais com potencial paisagístico e turístico, tendo em vista a criação de novas áreas de lazer, em locais a serem selecionados em função de sua adequação funcional, paisagística e geotécnica.
- Promover articulações com comerciantes e usuários das atuais áreas de lazer, a fim de atender anseios de melhoria das condições existentes.
- Garantir o acesso público à água, possibilitando o lazer à beira do reservatório, preferencialmente nas proximidades dos locais hoje tradicionalmente utilizados.

Deve-se ressaltar que as novas instalações a serem projetadas e implantadas terão características diferenciadas das atuais praias. Em primeiro lugar, não estarão sujeitas à sazonalidade do regime fluvial, podendo ser freqüentadas praticamente o ano todo. Também as características de paisagem serão bastante diferentes das atuais, pois as praias serão localizadas em áreas de declives suaves à beira do reservatório, preferencialmente junto à foz de algum curso d'água, em locais com paisagem atraente, onde a vegetação deverá propiciar amenização ambiental e valorizar o arranjo do local.

Os novos balneários propostos terão equipamentos de lazer e de apoio permanentes, necessitando de uma administração / gerenciamento que propicie sua manutenção e que garanta o uso público das águas. Possíveis contrapartidas financeiras deverão ser adequadamente avaliadas em conjunto com a administração municipal.

Recomenda-se ainda que os locais a serem selecionados estejam inseridos nas proximidades das áreas urbanas cuja população é a principal demandatária destes equipamentos, assim como na unidade administrativa do município-sede, para evitar possíveis entraves burocráticos na implantação e administração dos equipamentos.

As alternativas a serem estudadas, tanto locacionais como programáticas, deverão ser amplamente discutidas com técnicos das secretarias municipais, com a população usuária, com comerciantes atuantes nas praias fluviais, com Associações locais. Deverão também estar de acordo com Planos de Turismo municipais ou governamentais, assim como ser elaboradas em consonância ao Plano Diretor do Reservatório.

Público Alvo

Este Programa visa atender a população diretamente afetada pela perda das praias, recompondo locais para suas atividades de lazer, comércio e prestação de serviços.

3.26.4. Metas

A meta deste Programa é substituir áreas e equipamentos de lazer e turismo a serem afetados pela UHE Estreito em tempo hábil, de forma a permitir, quando do enchimento do reservatório, a plena utilização desses locais.

3.26.5. Procedimentos Metodológicos

A implantação de praias artificiais demanda diretrizes preservacionistas e de recomposição do território, a partir de critérios gerais a serem definidos com a população usuária. As ações a serem realizadas deverão observar as especificidades de cada local, pois haverá situações diferenciadas quanto ao embasamento físico, à presença de vegetação, à proximidade das áreas urbanas e quanto às condições de acessibilidade.

São critérios e diretrizes a serem observados para a implantação dessas áreas de lazer:

- Ao interferir nas condições hidrológicas locais, o empreendedor deve reconhecer a responsabilidade de uma contrapartida que implica, entre outras, a inclusão da água do reservatório como elemento de recreação.
- Garantir o acesso público para banhos, uso náutico, prática de jogos e esportes livres, com segurança e controle sanitário adequado.
- Propiciar a participação efetiva da população interessada, através de seus representantes legais e institucionais, na seleção das áreas e na programação dos equipamentos necessários.
- Reordenar o território com equipamentos de abrangência ampla, permitindo usos intensivos nos fins de semana, associados ao uso recreacional tradicional, favorecendo condições de balneabilidade, realização de atividades lúdicas, desfrute da paisagem. Equipamentos de lazer e dos serviços correlatos (praia, campos de jogos, trilhas, locais para pesca, atracadouros de barcos, sanitários, lanchonetes e outros) devem ser implantados em locais com potencial adequado de uso, sem o comprometimento dos aspectos ambientais, propiciando projetos que resultem numa paisagem com predomínio dos aspectos naturais, limitando construções e pisos impermeabilizados ao indispensável.
- Propiciar condições de acessibilidade, por via terrestre e/ou fluvial, com instalações adequadamente implantadas e dimensionadas (vias de acesso com boas condições de trafegabilidade, estacionamentos adequadamente dimensionados, ancoradouros etc).
- Propiciar a urbanização total da área, incluindo acessos, estacionamentos, trilhas, equipamentos náuticos, núcleos de conforto público (lanchonetes, sanitários, quiosques) e plantios paisagísticos e de restauro, com a utilização de espécies autóctones adequadas às condições de uso da área.

Para isso, as atividades deverão contemplar:

- Reconhecimento detalhado das características de uso e frequência das atuais instalações.
- Reconhecimento dos locais passíveis de receberem os equipamentos, para discussão com a comunidade e seleção de uma entre as alternativas locais e programáticas avaliadas.
- Aquisição das glebas selecionadas.

- Complementação dos levantamentos (meios físico e biótico) e elaboração dos projetos a serem discutidos com os órgãos de planejamento e ambientais, a nível municipal, estadual e federal e com a comunidade.
- Acompanhamento e implantação dos projetos e das infra-estruturas previstas, com os parâmetros sociais e ambientais preconizados.

3.26.6. Descrição do Programa e Atividades Previstas

As ações previstas neste Programa correspondem a:

1. Elaboração de levantamentos complementares, relacionados tanto às áreas atualmente utilizadas, a serem alagadas, quanto às investigações para seleção de locais alternativos para as novas instalações.
 - No levantamento das situações atuais, deverão ser averiguadas as características físicas locais, dimensões, estimativas de frequência simultânea, perfil do usuário, atividades e equipamentos utilizados. Isso para subsidiar programas e dimensionamento das novas instalações, dando continuidade às demandas atuais e futuras.
 - Deverão ser avaliadas as praias dos municípios de Darcinópolis e Estreito, checando-se o seu efetivo *status* de praia de recreação para a população local. Caso confirmado o *status* de praia e recreação, a mesma deverá ter o mesmo tratamento das demais praias já identificadas.
 - Investigação de locais alternativos para implantação de novas instalações, relevando peculiaridades físicas, naturais e antrópicas (condições favoráveis de aproveitamento, acessibilidade, balneabilidade, beleza cênica, facilidades para a implantação das infra-estruturas necessárias, entre outras), através de mapeamentos, reconhecimentos de campo e elaboração de diagnósticos ambientais expeditos.

Na seleção das áreas, deverá ser dada preferência a locais próximos e/ou com facilidade de acesso a partir dos centros urbanos ou de rodovias e estradas consolidadas, visando maior conforto para o usuário e reduzir posteriores interferências em áreas rurais. Atualmente há casos em que a população usuária desloca-se, para a utilização da praia, para a margem oposta do rio Tocantins (Babaçulândia, Carolina, Palmeirante). Recomenda-se que as melhores alternativas situem-se o mais próximo possível da população demandatária, dando continuidade às atuais condições de atendimento.

A seleção das áreas deverá estar atrelada ao zoneamento a ser desenvolvido no âmbito do Plano Diretor do Reservatório.

2. Seleção de locais adequados, contando com as seguintes atividades:
 - Análise das alternativas locais resultantes dos levantamentos efetuados, atendendo a critérios físicos (adequação geotécnica, declividades, disponibilidade de areia) e locais (localização das praias existentes, proximidade aos centros

urbanos, condições de acessibilidade, locais adequados à implantação das redes de infra-estrutura necessárias – energia, água, esgotamento sanitário).

- Elaboração de planos preliminares de ocupação para as alternativas.
 - Realização de reuniões com representantes das prefeituras municipais, dos órgãos ambientais, dos comerciantes que atuam nas atuais praias e da população usuária, para conhecimento das alternativas estudadas e consenso dos interessados na seleção de opções, para cada município afetado.
 - Seleção das áreas, nas proximidades dos núcleos urbanos de Filadélfia, Carolina, Babaçulândia, Barra do Ouro, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e, eventualmente, de Estreito e Darcinópolis, caso a avaliação a ser realizada assim o indique, para elaboração dos projetos. A seleção de cada uma das áreas deverá ser acompanhada pelos órgãos municipais e estaduais (Meio Ambiente / Turismo) e pela população local. O consenso na seleção de uma das alternativas propiciará a definição para a aquisição das terras e a elaboração dos projetos executivos.
3. Elaboração de projetos, contemplando: plano geral da área (acessos necessários, localização de equipamentos), modelado do terreno, interface com possíveis estruturas urbanas, detalhamento de infra-estruturas e dos equipamentos complementares (abrigo, sanitários, duchas, lanchonete, quiosques, mesas, bancos, lixeiras e outros), projeto de arborização e de tratamento paisagístico.
 4. Implantação dos projetos, com todas as ações das obras necessárias à implantação das áreas de lazer, incluindo a execução de vias de acessos, das infra-estruturas básicas e de todos os equipamentos previstos no projeto.
 5. Ações inter-institucionais para definir a situação fundiária dos locais de intervenção e as responsabilidades por sua administração e gerenciamento.

3.26.7. Produtos e Resultados Esperados

Para cada situação estudada, os produtos a serem elaborados correspondem a:

- Cartas com sistematização dos dados do meio físico e biótico das alternativas a serem discutidas.
- Plano de Massa das alternativas, de forma a possibilitar a discussão e a seleção da melhor situação.
- Levantamento topográfico da área selecionada, com delimitação das formações vegetais.
- Plano geral com o arranjo da área, com locação de acessos, caminhos, estacionamentos, áreas de estar, locação de edificações e outros equipamentos.
- Projeto das infra-estruturas básicas (abastecimento de água, esgotamento e tratamento sanitário) e da rede de energia.

- Projetos arquitetônicos das edificações, quiosques e demais equipamentos previstos; projetos complementares (cálculos estruturais, luz, água); especificação do mobiliário e comunicação visual.
- Projeto de Plantio Paisagístico e de Restauro (se necessária a recuperação de áreas degradadas) com distribuição, locação e especificação das espécies vegetais.

Os resultados esperados da implantação destas áreas de lazer são: compensar a perda das praias naturais e dar continuidade às atividades de lazer e turísticas e ao comércio e serviços a estas associadas.

3.26.8. Indicadores Ambientais

Visando a adequação da implantação das novas áreas em substituição àquelas a serem alagadas, foram considerados os indicadores a seguir, que poderão ser apurados através de pesquisas qualitativas e quantitativas periódicas, a serem realizadas durante o processo de seleção das áreas e após o enchimento do reservatório:

- Grau de satisfação dos usuários com as opções de recreação e lazer, com a infraestrutura básica e com os recursos disponibilizados em relação às situações atuais.
- Grau de satisfação e de desempenho das atividades de comércio e serviços, formais e informais.
- Aumento do público atraído para a região.

3.26.9. Atendimento a Requisitos Legais

Os requisitos legais a serem atendidos por este Programa correspondem a:

- Legislação Ambiental Municipal, Estadual e Federal.
- Legislação Urbanística Municipal, Estadual e Federal.
- Normas, diretrizes e dispositivos específicos da Marinha e da Capitania dos Portos.
- Normas e recomendações da EMBRATUR.

3.26.10. Responsáveis pela Execução do Programa e Parceiros Institucionais Potenciais

A responsabilidade pela implantação do Programa de Recomposição das Áreas de Lazer e Turismo é do empreendedor, que deverá: estabelecer uma equipe técnica responsável pela implementação das ações previstas, articular parcerias com o Poder Público, notadamente com as Prefeituras Municipais de Babaçulândia, Carolina, Filadélfia, Barra do Ouro, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins e com órgãos ambientais, além de possíveis parcerias privadas. A participação da população usuária é fundamental na seleção e programação das novas áreas de lazer e turismo.

Após a implantação das novas instalações e equipamentos previstos, sua manutenção e administração deverão ser negociadas com as respectivas administrações municipais e/ou com agentes da iniciativa privada.

3.26.11. Inter-Relação com outros Programas

O Programa de Recomposição das Áreas de Turismo e Lazer deverá correlacionar-se com os seguintes Programas:

- Programa de Gerenciamento e Monitoramento Ambiental, para que o empreendedor possa exercer um controle de qualidade da implantação das obras necessárias.
- Programa de Revegetação da Faixa de Proteção do Reservatório, já que ambos os programas se complementam quanto à recuperação e aproveitamento das margens, visando o uso adequado de atividades turísticas de forma a integrar as potencialidades do reservatório com a conservação dos recursos naturais.
- Programa de Monitoramento de Pontos Propensos à Instabilização de Encostas e Taludes Marginais, que deverá proporcionar apoio técnico para seleção das áreas adequadas à instalação das novas praias e incluí-las no seu programa de monitoramento durante a operação do empreendimento.
- Programa de Recomposição das Áreas Urbanas, pois as praias a serem submersas localizam-se próximas a áreas urbanas, cabendo aos novos projetos localizarem-se, preferencialmente, no entorno das cidades, o que poderá acarretar inter-relações no sistema viário, zonas de uso e ocupação e redes de infra-estruturas.
- Subprograma de Fomento às Atividades Turísticas, para incremento das atividades turísticas locais, visando benefícios sociais e econômicos para a população.
- Programa de Educação Ambiental à População Rural e Urbana, para conscientização da população local e turística quanto à preservação das áreas de lazer e de seu entorno.
- Programa de Comunicação Social e de Apoio à População Migrante, que estabelecerá um sistema de comunicação a fim de informar as comunidades envolvidas quanto às características deste Programa, assim como permitir que o empreendedor tenha conhecimento de problemas que possam estar sendo causados à população e de sugestões que possam enriquecer os projetos.
- Subprograma de Elaboração de Plano de Oportunidades de Investimentos e Fomento às Atividades Locais, para colaborar na organização das atividades de comércio e serviços a serem desenvolvidas nas instalações das novas áreas de lazer e em seu gerenciamento.
- Plano Diretor do Reservatório, para compatibilizar a localização e recomposição das novas áreas com as diretrizes estabelecidas no Plano.

3.26.12. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

Considerando-se que o contingente de pessoal pode variar ao longo do período previsto para implementação deste Programa, a equipe multidisciplinar será, basicamente, constituída por:

- Coordenador do Programa: profissional de nível superior (engenheiro ou arquiteto) com experiência em coordenação de trabalhos de planejamento territorial e acompanhamento de obras. Será o interlocutor entre o empreendedor, os coordenadores dos programas correlatos, equipe multidisciplinar e representantes da comunidade.
- Técnicos assistentes: engenheiros juniores, subordinados ao coordenador e encarregados de dar subsídios a projetistas e empreiteiras.
- Engenheiro civil ou arquiteto: para coordenar levantamentos de campo, montagem de termos de referência relativos à elaboração dos projetos, contemplando levantamentos complementares (topografia, sondagens, vegetação), elaboração dos programas de equipamentos e atividades, reformulações da infra-estrutura viária local, projetos complementares de infra-estrutura (energia, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário), análise de projetos e acompanhamento de obras.
- Arquiteto paisagista: para coordenar as ações de levantamentos complementares, montagem dos termos de referência específicos ao planejamento e projetos das instalações turísticas e de lazer, reconstituição e preservação das áreas naturais; acompanhamento de obras.
- Equipe de apoio: técnicos juniores e pessoal administrativo.
- Consultores: técnicos especializados (engenheiro geotécnico, arquiteto urbanista, sociólogo, economista, técnico em turismo, arquiteto paisagista, engenheiro agrônomo e outros) para auxiliarem na montagem dos termos de referência dos projetos específicos e na análise dos mesmos, a serem realizados por firmas de consultoria especializada em projetos paisagísticos e nos projetos complementares necessários (arquitetura, infra-estruturas, comunicação visual e outros), nas diferentes abordagens do Programa.

Recursos Materiais

Disponibilização de escritório com dimensões adequadas e devidamente equipado com computadores, fax, scanner, impressora, plotter, máquinas fotográficas, veículo utilitário, veículo – 4x4, aparelhos de GPS.

Recursos Financeiros

A estimativa preliminar dos custos para execução deste programa é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). O cronograma de desembolso financeiro previsto é apresentado no capítulo 4 deste PBA.

3.26.13. Responsável pela Elaboração do Programa

CNEC ENGENHARIA

Arquiteta Maria Maddalena Ré

CREA 20587/D

IBAMA 315257

Área de Atuação: Energia

Página: 3.26 11

DIREITOS RESERVADOS CNEC

Revisão: 2

Data: 14/09/05

3.26.14. Bibliografia

CNEC Engenharia, 2004, Estudos Complementares ao *EIA-RIMA da UHE Estreito*, São Paulo.

CNEC Engenharia S. A., 2002, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito. São Paulo.

3.26.15. Cronograma Físico

A seguir é apresentado o cronograma físico das atividades a ser obedecido nos trabalhos.